

RBC: matéria prima para os praticantes da perícia

Polícia Técnica, Científica, Técnico-Científica ou Instituto Geral de Perícia são algumas das principais denominações dadas aos órgãos que congregam funcionários públicos cujo propósito é analisar locais de crimes e examinar materiais relacionados à prática delituosa. Os resultados dessas análises servem como um dos principais pilares não apenas do inquérito policial, mas também do processo penal.

Apesar da ligeira e simples descrição, depreende-se o quão importante é este corpo técnico para a correta aplicação da lei e em última análise para a existência do Estado Democrático de Direito no que tange a justiça.

Infelizmente, no Brasil, tal papel ainda não despertou a atenção do poder público no sentido de oferecer a estes profissionais as mínimas condições de trabalho, tampouco espaço para o desenvolvimento científico que levem em conta as particularidades relativas aos fatores ambientais, culturais e sociais relacionados aos crimes aqui praticados.

Outra preocupação relacionada a essas fragilidades encontra-se encarnada na figura do assistente técnico que, por ser raro, oferece pouca pressão seletiva em relação ao trabalho pericial e, quando presente, encontra, não raro, flancos desprotegidos do rigor científico necessário à solidez que deve caracterizar um laudo pericial.

Também não se pode olvidar das discussões sobre a necessidade de revisão dos Métodos Científicos empregados nas Ciências Forenses, que tem, desde 2009, tomado corpo sobretudo nos Estados Unidos da América.

Se por um lado essas mazelas se apresentam como desafio colossal, por outro proporcionam a oportunidade de fazermos parte da construção de bases sólidas para um conhecimento que sem dúvida tornará nossa sociedade mais justa ao municiar os praticantes da perícia com erudições pertinentes.

É dentro desta perspectiva aguerrida que apresentamos o terceiro número da quarta edição da Revista Brasileira de Criminalística, que ao longo desses quatro anos de existência, cultivada por leitores, avaliadores e por autores, tem dado guarida àqueles que desejam tanto expor o fruto de sua dedicação à pesquisa de Ciências Forenses em território nacional como ainda aos que desejam tomar conhecimento ou ampliar a bagagem que já possuem.

Nesta edição, são abordados temas controversos e cuja discussão acadêmica é importante para a consolidação da matéria. É o caso dos artigos "*Vestígios Psicológicos ou Comportamentais na Cena de Crime: uma Evidência Subutilizada no Arcabouço Pericial Brasileiro*", que aborda vestígios de ordem imaterial e seu potencial, e "*Comparação entre métodos de valoração de danos ambientais para fins periciais*", que explora de maneira comparativa a precificação de danos ambientais.

A identificação humana não ficou de fora, tanto no aspecto médico-legal, com o artigo "*Determinação do sexo pelo crânio: etapa fundamental para a identificação humana*", quanto na

avaliação de voz, como em "*Prosodic Characteristics of different varieties of Brazilian Portuguese*".

A apreciação de testes rápidos, baseados em imunocromatografia em camada delgada, tem sido objeto constante de artigos submetidos à RBC. Não é à toa: são práticos, relativamente baratos e apontam um resultado quase imediatamente. Nesta edição, o artigo "*Avaliação da técnica de imunocromatografia para análise de drogas brutas no contexto da química forense*" pondera sobre este método nos exames de entorpecentes.

Esperamos atender aos anseios do leitor e rogamos pela manutenção da qualidade que os trabalhos publicados tem apresentado. Boa leitura!

Saudações periciais.

Corpo Editorial da RBC

Bruno Telles (IC/DF)

Charles Albert Andrade (IC/DF)

Claudemir Rodrigues Dias Filho (IC/SP)

Elvis Medeiros de Aquino (IC/SP)

Juliano de Andrade Gomes (IC/DF)